



PARECER DA ORDEM DOS ADVOGADOS

A Assembleia da República, através da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, solicitou à Ordem dos Advogados a emissão de parecer sobre o **Projeto de Lei (PJL) n.º 527/XIV/2.^a (CHEGA)** que, segundo aí se diz no artigo 1.º, procede à «**quinquagésima alteração ao código penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, agravando a moldura penal prevista para quem infligir maus tratos aos animais de companhia**».

A pedido do Exm.º Senhor Bastonário da Ordem dos Advogados emitimos, assim, o seguinte

PARECER:

I – Damos aqui por reproduzido na íntegra e para todos os efeitos legais o teor da exposição de motivos constante do referido PJL, passando de imediato a emitir o nosso parecer.

Em 1 de outubro de 2014, entrou em vigor a Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que alterou o Código Penal, nomeadamente introduzindo o artigo 387.º - que até aí não existia – com a seguinte redação:

«Artigo 387.º

Maus tratos a animais de companhia

1. Quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia é punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias.



2. Se dos factos previstos no número anterior resultar a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, o agente é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.»

Entretanto, em 1 de outubro de 2020, entrou em vigor a Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto, que alterou a redação, de entre outros, do mencionado artigo 387.º, do Código Penal, que, assim, passou a dispôr o seguinte:

«Artigo 387.º

Morte e maus tratos a animais de companhia

- 1. Quem, sem motivo legítimo, matar animal de companhia é punido com pena de prisão de 6 meses a 2 anos ou com pena de multa de 60 a 240 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.**
- 2. Se a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, o limite máximo da pena referida no número anterior é agravado em um terço.**
- 3. Quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia é punido com pena de prisão de 6 meses a um ano ou com pena de multa de 60 a 120 dias.**
- 4. Se dos factos previstos no número anterior resultar a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, ou se o crime for praticado em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, o agente é punido com pena de prisão de 6 meses a dois anos ou com pena**



de multa de 60 a 240 dias, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.

5. É suscetível de revelar a especial censurabilidade ou perversidade a que se referem os n.ºs 2 e 4, entre outras, a circunstância de:

- a) O crime ser de especial crueldade, designadamente por empregar tortura ou ato de crueldade que aumente o sofrimento do animal;
- b) Utilizar armas, instrumentos, objetos ou quaisquer meios e métodos insidiosos ou particularmente perigosos;
- c) Ser determinado pela avidez, pelo prazer de matar ou de causar sofrimento, para excitação ou por qualquer motivo torpe ou fútil.»

A propósito do **Projeto de Lei (PJL) n.º 112/XIV/1.ª (PSD)**, a Ordem dos Advogados, em 25 de junho de 2020, emitiu parecer sobre esta questão em que, a determinada altura, se dizia o seguinte:

«Lendo o Título VI do Livro II do Código Penal – todo ele incluído *ex novo* em 2014 e 2015 – ressaltam algumas debilidades jurídicas no atual normativo respetivo.

«Desde logo, o silêncio da lei quanto à morte do animal de companhia provocada **dolosamente**.

«Poder-se-á, porventura, dizer que essa morte dolosa se encontra já incluída na expressão **«quaisquer outros maus tratos físicos»** utilizada na atual redação do n.º 1, do artigo 387.º - e, note-se, sendo aqui irrelevante para o preenchimento do tipo, nessa parte, que tenha ou não havido dor ou sofrimento - já que a «morte» representa, sem dúvida, a expressão máxima de quaisquer maus tratos.



«Todavia, resulta depois incompreensível a redação do n.º 2 do mesmo dispositivo legal que pune de forma mais gravosa a morte causada a título de **negligência**...

«O que faz crer que o legislador de 2014 não pretendeu naquele n.º 1 punir também a «**morte dolosa**», pois, a ser assim, estamos em crer que nunca teria previsto, a esse título, uma punição menos gravosa do que a morte causada por negligência, como sucede no n.º 2 do citado normativo.

«Ou então, tratou-se de lapso do legislador...

«Daí que se justifique plenamente passar também a prever expressamente um novo tipo legal de crime, a saber, a morte dolosa do animal de companhia.

«Julgamos que é esse desiderato que se pretende alcançar com este P JL, com o que, diga-se, desde já, estamos completamente de acordo.

«Põe-se, assim, termo às dúvidas que se têm colocado na interpretação desta norma precisamente a este propósito, cumpre-se assim também o princípio da legalidade e corrige-se a mencionada debilidade jurídica.»

Na verdade, à data daquele nosso parecer, o ordenamento jurídico português, e por força da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, passara já a criminalizar, e pela primeira vez, os **maus tratos** a animais de companhia, e ao que nos parece, aí não se pretendeu incluir o denominado **animalicídio**, isto é, a morte de animal provocada dolosamente;

Seis anos volvidos sobre a publicação daquele diploma legal, foi publicada a Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto, que alterou a norma em causa, passando não só a prever e a punir a morte de animal provocada de forma **dolosa**, como



também a prever e a punir de forma mais gravosa a morte produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, mantendo ainda as condutas típicas que primitivamente compunham o artigo 387.º (que apenas tinha dois números) e que, agora, surgem nos n.ºs 3 e 4 deste inciso legal punidas também mais severamente. Além de que, do n.º 5 desta mesma norma legal, passou a constar o que deve entender-se por **especial censurabilidade ou perversidade**.

Finalmente, este artigo 387.º prevê atualmente penas já mais gravosas do que as previstas na anterior e inicial redação – os atuais números 3 e 4 prevêem penas de prisão mais gravosas nos respetivos mínimos -, sendo que as penas previstas para o denominado animalicídio (morte dolosa) se prevê na mesma medida da prevista no atual n.º 4 (de prisão de 6 meses a 2 anos ou de multa de 60 a 240 dias), o que nos parece acertado sobretudo quando se percebe que pode, em qualquer caso, estar também em causa a morte do animal, e o limite máximo da pena prevista para esse crime, quando se verifiquem circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, surge agora agravado em um terço.

O presente PJL vem agora propôr a seguinte redação para o artigo 387.º, do Código Penal:

«Artigo 387.º

Maus tratos a animal de companhia

1 - Quem, sem motivo legítimo, infligir dor, sofrimento ou quaisquer outros maus tratos físicos a um animal de companhia é punido com pena de prisão até dois anos ou com pena de multa até 240 dias.



2. Se dos factos previstos no número anterior resultar a morte do animal, a privação de importante órgão ou membro ou a afetação grave e permanente da sua capacidade de locomoção, ou os factos forem cometidos em contexto de especial perversidade ou crueldade, o agente é punido com pena de prisão até três anos ou com pena de multa até 360 dias.»

Ora, o que o presente PJP propõe é, ao fim e ao cabo, a alteração da redação do artigo 387.º, **mas sem que tivesse tido em consideração a redação que foi introduzida pela Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto.**

Na verdade, a atual redação do artigo 387.º tem **cinco números** e não já apenas os dois números que o compunham na redação da Lei 69/2014, de 29 de agosto. Sendo que o PJP em análise não se refere à revogação dos restantes números...

O que sucede, estamos em crer, por flagrante lapso, isto é, o autor do PJP em análise não se terá apercebido da publicação da mencionada Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto.

Lapso que, aliás, parece, desde logo, fluir da referência, no artigo 1.º do PJP, à «quinquagésima alteração ao Código Penal» (sublinhado nosso), quando a Lei n.º 39/2020, de 18 de agosto, publicada no respetivo Diário da República, correspondeu precisamente à quinquagésima alteração ao Código Penal...

De contrário, não se percebe por que motivo a morte ocorrida por **negligência** (cfr. n.º 2, da redação do artigo 387.º, na proposta deste PJP) deveria ser punida de forma mais gravosa do que a prevista para a morte **dolosa** (cfr. n.º 1 da atual redação do artigo 387.º, do Código Penal);



Nem se percebe também, quando pensamos no **homicídio por negligência** previsto no n.º 1, do artigo 137.º, do Código Penal, por que motivo esta morte de animal, por negligência, deverá ser punida de forma igualmente gravosa no que concerne à pena de prisão (**3 anos**) e de forma mais gravosa no que respeita à pena de multa (**até 360 dias**).

Finalmente, não se entendem os motivos para esta nova e precoce alteração do artigo 387.º do Código Penal, quando há apenas dois meses a norma em causa foi substancialmente alterada e sendo certo que o P.J.L. sob análise nada diz a esse respeito. A segurança e a certeza jurídicas revelar-se-iam, deste modo, fortemente abaladas.

Por todo o exposto, a Ordem dos Advogados não concorda com a aprovação do mencionado Projeto de Lei.

Este, s.m.o., o nosso parecer.

Lisboa, 30 de novembro de 2020


RUI DA SILVA LEAL